SENADO FEDERAL

MENSAGEM
Nº 192, DE 2007
(nº 820/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor LUIZ ANTONIO FACHINI GOMES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Guatemala.

Os méritos do Senhor Luiz Antonio Fachini Gomes que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de novembro de 2007.

EM No 00327 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 24 de outubro de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor **LUIZ ANTONIO FACHINI GOMES**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Guatemala.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* do Senhor **LUIZ ANTONIO FACHINI GOMES** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
Secretaria de Administração
Coordenação de Documentação
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE
CONFERE COM O ORIGINAL
André José de Oliveira
Brasília-DF: 24.10.07 H: 14:13

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE LUIZ ANTONIO FACHINI GOMES

CPF.: 4267982104
ID.: 4187/MRE

29/10/1945	Filho de Ateniense Ferraz Gomes e Maria Juraci Fachini Gomes, nasce em 29 de outubro, em Cataguases/MG
03/03/1969	CPCD - IRBr
10/12/1969	Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal/RJ
30/12/1970	IRBr, Medalha Lafayette Carvalho e Silva
12/03/1971	Terceiro Secretário em 12 de março
13/03/1971	Divisão da Europa Ocidental, assistente
16/11/1973	Divisão da Europa Oriental, assistente
15/09/1974	Embaixada em Viena, Terceiro e Segundo Secretário
01/01/1976	Segundo Secretário, por antigüidade, em 1° de janeiro
15/11/1977	Embaixada em Praga, Segundo e Primeiro Secretário
23/01/1980	Primeiro Secretário, por merecimento, em 23 de janeiro
29/09/1981	Divisão da Africa II, assistente e Chefe, substituto
16/12/1986	Conselheiro, por merecimento, em 16 de dezembro
01/06/1987	Missão junto à ONU, Nova York, Conselheiro
15/07/1990	Embaixada em Pretória, Conselheiro
07/06/1993	CAE - IRBr. A Questão da Namíbia no Conselho de Segurança nos anos 1988/89; a Participação do Brasil, membro do Conselho, na matéria
25/02/1994	Divisão da Organização dos Estados Americanos, Chefe

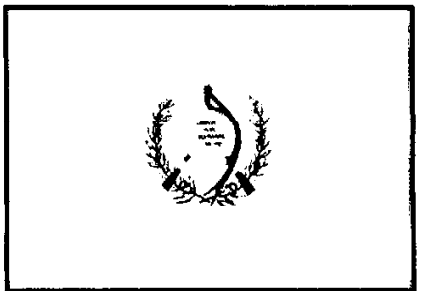
21/02/1995	Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Planos e Programas, Diretor
22/06/1995	Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 22 de junho
24/09/1996	Ministério do Meio Ambiente, Assessor Especial
23/10/1998	Consulado-Geral em Sydney, Cônsul-Geral
04/07/2003	Embaixada em Londres, Ministro-Conselheiro
17/09/2003	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
14/05/2004	Conselho da Organização Internacional do Café, Londres, Chefe de delegação
14/12/2004	Embaixada em Teerã, Embaixador
26/08/2006	Medalha do Pacificador, Brasil
22/04/2007	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial

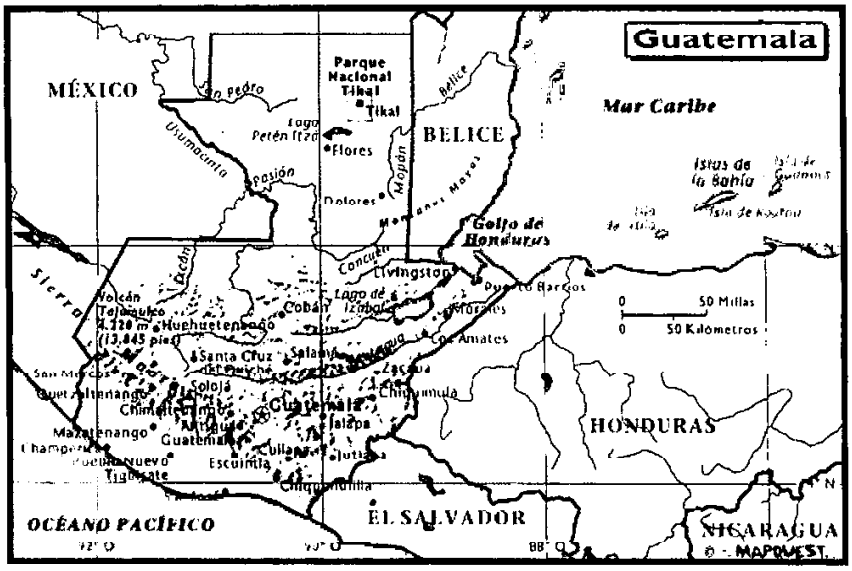
DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

Ministério das Relações Exteriores
Subsecretaria-Geral da América do Sul
Departamento do México, América Central e Caribe
Divisão do México, América Central e Caribe (DCC)

GUATEMALA
Outubro de 2007







ÍNDICE

ÍNDICE 2
DADOS BÁSICOS 3
Perfis Biográficos 4
Oscar Berger Perdomo- Presidente da República 4
Gert Rosenthal, Ministro das Relações Exteriores 4
Política Interna 5
Economia 5
Política Externa 7
Relações Bilaterais 8
Cooperação Técnica e Intercâmbio Econômico Brasil-Guatemala 10
Intercâmbio Econômico-Comercial e de Investimentos 11
Relações Comerciais Bilaterais 13
BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (US$ milhões) 13
Atos Bilaterais em Vigor 14
Atos Bilaterais Assinados, ainda não em vigor 14

DADOS BÁSICOS	
CAPITAL	Cidade da Guatemala
ÁREA	108.430 km²
POPULAÇÃO (julho 2006)	14.890.550 habitantes
IDIOMA	Espanhol
PRINCIPAL RELIGIÃO	Católica Romana (63%)
SISTEMA POLÍTICO	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Oscar Berger Perdomo
CHANCELER	Gert Rosenthal
EMBAIXADOR DO BRASIL	Renan Leite Paes Barreto
EMBAIXADOR NO BRASIL	Carlos Jiménez Licona
PIB (2006 estimado EIU[1])	US$ 36,9 bilhões
PIB PER CAPITA (2006 estimado EIU)	US$ 2.860
UNIDADE MONETÁRIA	Quetzál

[1] *EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report, May 2007*

Perfis Biográficos

Oscar Berger Perdomo- Presidente da República

- Nascido em 11 de agosto de 1946.
- Formado em Direito, pela Universidade Rafael Landívar –URL.
- Vereador na cidade da Guatemala por cinco anos. (1986-1990).
- Duas vezes Prefeito da cidade da Guatemala (1991-1999).
- Fundador do Partido de Avanzada Nacional –PAN.
- Foi Presidente da Junta Diretora da Empresa Metropolitana Reguladora de Transporte e Trânsito - EMETRA (1997-1999); Presidente da Junta Diretora da Empresa Municipal de Água – EMPAGUA (1991-1999); Fundador e Primeiro Presidente da

· Federação de Municípios do Istmo Centro-Americano – FEMICA (1996-1997); Presidente da Associação Nacional de Municipalidades – ANAM (1991-1993); Presidente da Federação de Municípios de Centro-América e Panamá-FEMUCAP.

- Candidato Presidencial do Partido de Avanzada Nacional, em 1999, tendo sido derrotado no segundo turno.
- Foi eleito Presidente da República em novembro de 2003, tendo obtido 45,8% dos votos.

Gert Rosenthal, Ministro das Relações Exteriores

- Nascido em 11 de setembro de 1935. Casado, 4 filhos. Bacharel em Humanidades, 1957, Universidade da Califórnia, Berkeley, Califórnia, EUA); pós-graduação, Economia (Mestrado, 1959) Universidade da Califórnia, Berkeley, Califórnia, EEUU; Graduado em Ciências Econômicas, Universidade de San Carlos da Guatemala, 1959; Fellow, Adlai Stevenson Institute for Internacional Affairs, Chicago, Illinois, EUA, 1971; Doutor Honoris Causa em Ciências Sociais, Universidade del Valle, Guatemala, 1996.
- Economista na Secretaria Geral do Conselho Nacional de Planejamento Econômico, Guatemala; Representante da Guatemala no Conselho Executivo que estabeleceu o Tratado Geral de Integração Econômica Centro-Americana; Assistente do Secretário-Geral da Secretaria do Tratado Geral de Integração Econômica Centro-americana (SIECA); Secretário-Geral do Conselho Nacional de Planejamento Econômico, Guatemala; Pesquisador do Adlai Stevenson Institute for Internacional Affairs; Diretor de projeto de cooperação técnica das Nações Unidas (UNCTAD) para elaborar estratégia de desenvolvimento integrado na América Central; Secretário-Geral do Conselho Nacional de Planejamento Econômico, Guatemala.
- Secretário-Executivo da CEPAL (1988-1997).
- Embaixador da Guatemala nas Nações Unidas (1998-2004).
- Chanceler da Guatemala desde julho de 2006.

Política Interna

O governo do presidente Oscar Berger vem envidando esforços para racionalizar a atividade administrativa, tendo procurado pôr em marcha uma série de planos, que incluem uma reforma fiscal, bem como um combate sistemático à corrupção (criou uma Secretaria de Estado para esse fim) e políticas públicas destinadas a aumentar os índices de segurança e melhorar o nível da educação.

Paralelamente, o Executivo vem procurando criar condições para reativar a economia, gerando maior crescimento, mais competitividade na indústria e melhores condições sociais. Busca alcançar esses resultados através do programa "Vamos Guatemala", e de seus três eixos: o "Guate-Crece", o "Guate-Compite" e a "Guate-Solidária". A eles junta-se o "Guate-Verde", que pretende compatibilizar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental, e o Programa de Segurança Alimentar, que justificou a criação de uma Secretaria de Estado para tratar do tema.

À luz dos resultados das eleições gerais realizadas no dia 09/SET/2007, que levaram para o segundo turno os candidatos presidenciais Álvaro Colom, da Unidad Nacional de la Esperanza-UNE (de orientação centro-esquerda) e o General Oto Pérez Molina, do Partido Patriota-PP (de orientação mais linha-dura nacionalista), nenhuma das forças políticas terá predomínio no Congresso unicameral guatemalteco, composto por 158 deputados, o que exigirá do novo presidente a construção de uma aliança política que lhe permita governar.

Assim, apuradas as urnas, as três forças políticas que dominarão a próxima legislatura serão a UNE, que contará com 48 deputados, ou seja 30% do total, a oficialista Gran Alianza Nacional "GANA", que contará com 37 parlamentares, ou 23% do Congresso, e o PP que terá 30 deputados (18% dos congressistas).

Em quarto lugar, diminuindo sua força em relação à legislatura anterior, mas, ainda assim, desempenhando o papel de "fiel da balança", encontra-se a Frente Republicana Guatemalteca – FRG, que já foi a maior bancada no período 2000-2004 – governo de Alfonso Portillo – e tem no general Efraín Rios Montt seu principal líder.

A esse respeito, cabe mencionar que o ex-ditador, que foi presidente de fato entre 1982 e 1983 e promoveu a "guerra de los rifles y los frijoles" ("si están com nosostros, los alimentaremos, si no, los mataremos") responde por crimes de genocídio em dezenas de processos, inclusive na Justiça espanhola, reelegeu-se como deputado, o que lhe permitirá preservar a sua imunidade penal.

Apesar do clima de incerteza quanto aos possíveis resultados do segundo turno do pleito presidencial, os analistas prevêem que os eleitores do partido Centro de Acción Social - CASA darão seus votos ao General Pérez Molina no dia 4 de novembro.

Economia

Relatório do PNUD dado a conhecer no final de 2006 apontou a Guatemala como 118º país do mundo em Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH). No documento, intitulado "Más allá de la escasez: poder, pobreza y la crisis mundial del agua", o país aparece como

tendo 40% de sua população privada de acesso a água tratada, problema que afetaria justamente aos grupos mais vulneráveis (mulheres, crianças e indígenas).

O estudo indica ainda que, embora o país seja provido de bacias hidrográficas importantes e se beneficie de uma boa precipitação pluviométrica, as regiões onde a água é mais abundante são precisamente aquelas em que o acesso à ela é mais difícil.

Relatório da CEPAL concluído na mesma época informou que a taxa de pobreza extrema ou indigência alcançaria 59% dos guatemaltecos. Posteriormente, no entanto, foi feita uma retificação desse índice, que abarcaria em verdade 21% da população (os restantes 38% seriam simplesmente pobres).

Pela primeira vez nos últimos dez anos, a taxa de crescimento da economia superou a marca dos 5% anuais (em 2006) Previsões apontam que, ao final do corrente ano, esse índice deverá alcançar 5,6%.

A Guatemala concentra, atualmente, 35% da produção centro-americana - à frente da Costa Rica (27%) e de El Salvador (21%). A indústria contribui, hoje, com 18,6% do PIB guatemalteco, superando os serviços privados (14,6%) e a agricultura (13%). As exportações guatemaltecas de produtos industrializados tiveram um aumento de 27% entre 2004 e 2006, e atribuiu os bons resultados do setor externo da economia à diversificação da pauta de exportações nos últimos 20 anos (149 produtos exportados, em 1986, e 4075 produtos exportados, em 2006).

A Guatemala é hoje um dos principais recipientes de investimentos estrangeiros diretos na América Central, tendo recebido um total de 535 milhões de dólares em 2006. A atratividade da Guatemala seria resultado dos sólidos fundamentos macroeconômicos em que se assenta sua economia e que reúnem: a) manutenção da taxa de inflação em um dígito; b) aplicação de taxas de câmbio e de juros em regime flexível, determinadas pelas leis de mercado; e c) o fato de ser este país o menos endividado da América Latina em termos de percentual do PIB (12,8%, em 2006).

A Economia guatemalteca obteve um bom "rating", recentemente, no Foro Econômico Mundial, e alcançou sucessivas "promoções" nas agências internacionais de classificação de risco ("BB+ stable", na Fitch; "Ba2 posivite", na Moody"s; "BB positive", na S&P).

O Banco Mundial, recentemente, classificou a Guatemala como o país da América Central que mais reformas vem adotando, com vistas à modernização de sua economia. Como resultado de tais reformas, haveria hoje muito maior facilidade na formação de empresas, mais simplicidade no registro de propriedade e grande redução dos tempos exigidos pelos trâmites alfandegários. A modernização da economia, aliada à negociação de tratados de livre comércio, estariam na raiz do sucesso que a Guatemala vem obtendo em termos de atração de investimentos externos. Além disso, a implementação das reformas estaria gerando reflexos positivos no empresariado local, cada vez mais interessado em explorar as possibilidades que oferecem os mercados externos, de acordo com a visão do Comissionado Presidencial Adjunto para Investimentos e Competitividade, Emmanuel Seidner. Segundo ele, ainda, em futuro não muito distante, a Guatemala poderá transformar-se em centro estratégico da Mesoamérica, tanto em termos de logística de transportes, quanto em termos de distribuição de energia. Para o sucesso desse empreendimento, disse ele, devem contribuir, igualmente, o Governo e o empresariado local.

Política Externa

Estando a Guatemala sujeita a contingências históricas e geográficas comuns aos demais países centro-americanos, sua política externa tem seguido, ao longo dos anos, curso semelhante ao de seus vizinhos. Com a queda do muro de Berlim e a consolidação do processo de paz na Guatemala, os dois presidentes que se seguiram, Álvaro Arzu e Alfonso Portillo, procuraram abrir novos espaços em sua política externa. A fragilidade de suas respectivas bases de sustentação política, somada aos problemas econômicos do país, contudo, não lhes permitiram "alçar vôo". De toda forma, Arzu reatou relações diplomáticas com Cuba (seu Chanceler era o atual vice-presidente Eduardo Stein) e Portillo, no início de seu governo, chegou a esboçar alguns gestos de autonomia, como abster-se de condenar os direitos humanos em Cuba e alinhar a Guatemala com o G-20.

No entanto, no segundo semestre do ano de 2003, durante o processo de negociação do TLC com os EUA, a pressão de Washington se fez sentir, e o embaixador norte-americano apresentou ultimato ao governo local, ameaçando com a não assinatura do TLC se o país não se desligasse do grupo, o que acabou ocorrendo informalmente, posto que a Chancelaria informou que o país se manteria como observador, mas os representantes da Guatemala deixaram de participar dos encontros do grupo.

O presidente Oscar Berger, que tomou posse em janeiro de 2004, alguns dias após o TLC com os EUA ter sido acordado, não poderia fugir muito ao figurino seguido por seus antecessores. Buscou porém, desde o início, abrir o leque das suas opções em política externa, sem, com isso, deixar de lado seus aliados mais antigos. Assim, suas primeiras viagens oficiais foram a El Salvador, aos EUA e à Espanha. Na primeira, afirmou a necessidade de retomar o processo de integração centro americano (que teve início quase simultaneamente ao europeu), enquanto que, em Washington, após reiterar a "amizade tradicional", pediu apoio econômico, na forma de renovação do empréstimo "stand-by" com o FMI, e tratamento menos severo para os quase 2 milhões de guatemaltecos que vivem naquele país. O encontro serviu também para passar em revista temas da agenda internacional, como lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, corrupção e terrorismo.

Coube à Guatemala presidir as reuniões do Sistema Econômico Centro-Americano nos primeiros cinco meses de 2005. Nesse período, o presidente Berger tomou iniciativas visando a imprimir novo ritmo ao processo de integração regional. Buscou, com isso, afiançar a liderança em relação a seus vizinhos. Nesse contexto, logrou-se o compromisso de concluir as negociações para uma União Aduaneira (incluindo Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua). Previu-se também o livre trânsito de pessoas e a uniformização das legislações e dos respectivos trâmites burocráticos.

O principal contencioso externo da Guatemala se refere a antiga disputa territorial com o Belize, atualmente objeto de negociações sob os auspícios da OEA. O país é ponto importante nas rotas internacionais do tráfico de entorpecentes. A lavagem de dinheiro também constitui problema relevante.

O presidente Berger tem buscado maior aproximação com as posições adotadas pelo Brasil, seja mediante o estreitamento das relações bilaterais, seja por meio do apoio e do voto favorável às solicitações brasileiras nos muitos foros internacionais de que participamos juntos, no âmbito das diversas agências que compõem o Sistema das Nações Unidas.

Por fim, observe-se que, não obstante disposição política de fortalecer os vínculos com o MERCOSUL, persiste no interior do SICA (Sistema de Integração Centro-Americana, do

qual a Guatemala é parte) falta de consenso com relação ao início efetivo de negociações para firmar um TLC. As principais explicações para tanto decorrem das marcadas limitações quantitativas de seu corpo técnico negociador, concentrado atualmente em priorizar a conclusão e/ ou internalização de TLCs com o Chile, o México, os EUA e a EU, bem como dos esforços investidos no aprofundamento da união aduaneira existente entre cinco membros do SICA (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua).

Relações Bilaterais

Até o início do Governo Lula, o relacionamento bilateral era pouco denso, não apenas porque a Guatemala, por razões históricas e geográficas, sempre esteve na área de influência dos Estados Unidos e, subsidiariamente, do México e de seus vizinhos centro-americanos, mas também porque se encontrava muito distante das prioridades da política externa brasileira.

Não há divergências entre o Brasil e a Guatemala, em qualquer área do relacionamento. As linhas mestras da política externa dos dois países confluem para a defesa de princípios semelhantes: igualdade jurídica dos Estados, direito dos povos à autodeterminação, não ingerência em assuntos internos de outros Estados e solução pacífica de controvérsias. Mais do que isso, há grande convergência de posições em temas de interesse comum das agendas bilaterais. Entre eles, destacam-se o combate à fome e à pobreza, o incremento do comércio intra-regional, a integração econômica latino-americana, a cooperação Sul-Sul e a percepção da conjuntura política internacional.

Os Governos brasileiro e guatemalteco coincidem, também, quanto à necessidade de que venha a ser reformado o Sistema das Nações Unidas – inclusive o Conselho de Segurança – nos moldes preconizados pelo Grupo dos 4, de forma a torná-lo mais legítimo e representativo da realidade internacional. No ano passado, um episódio que mereceu reconhecimento especial e por escrito do governo brasileiro foi o fato de o representante guatemalteco na ONU, Embaixador Jorge Skinner-Klee, ter citado nominalmente o Brasil (e não apenas o G-4) como merecedor de ocupar uma cadeira permanente no CSNU.

A Guatemala mantém, no momento, um contingente de 114 integrantes (oficiais superiores, soldados, tradutores, especialistas de apoio e policiais militares) nas forças de paz que compõem a MINUSTAH, sob o comando do Brasil. No plano econômico-comercial multilateral, Brasil e Guatemala, ambos membros do G-20, atribuem grande importância às negociações comerciais em curso no âmbito da Rodada de Doha da OMC. Nesse contexto, também é de interesse dos negociadores guatemaltecos a obtenção de um tratamento especial e diferenciado para as economias emergentes, que pressuponha a total liberalização do comércio de produtos agrícolas tropicais.

O único momento em que houve uma situação não-coincidente com os interesses guatemaltecos foi durante a votação para a escolha do ocupante da vaga reservada à América Latina e Caribe no Conselho de Segurança da ONU, nas eleições havidas em outubro/novembro de 2006. Na oportunidade, Guatemala e Venezuela apresentaram candidaturas próprias, tendo o Brasil apoiado o candidato venezuelano.

Vale relembrar, entretanto, que o Presidente Oscar Berger atendeu à convocação do Presidente Lula da Silva para comparecer, em setembro de 2004, ao encontro realizado à margem da Assembléia-Geral da ONU, quando o Brasil liderou a iniciativa internacional "Ação contra a Fome e a Pobreza". Deve-se ainda recordar que, inspirado nas políticas que, no Brasil, deram

origem ao Programa Fome Zero, o Presidente da Guatemala criou estrutura semelhante em seu país e organizou, na cidade da Guatemala, nos dias 27 e 28 de novembro de 2006, uma reunião do Grupo de Trabalho da Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome - 2025.

No marco da política externa guatemalteca, em que o presidente Berger busca criar novos espaços para uma maior e mais autônoma inserção da Guatemala no mundo, a visita do Presidente Lula à Guatemala, em setembro de 2005, constituiu acontecimento de grande relevância para a história das relações bilaterais. Além das conversações havidas no âmbito do Sistema da Integração Centro-Americana (SICA), os encontros mantidos com o Chanceler Jorge Briz e com o Presidente Oscar Berger tiveram forte impacto na percepção que o governo guatemalteco passou a ter em relação às posições internacionalmente adotadas pelo Brasil. A vasta gama de temas retratados pela Declaração Conjunta que então se firmou, somada à diversidade de assuntos debatidos na ocasião, evidenciaram que os dois países têm agenda de interesses convergentes, e poderiam beneficiar-se de maior aproximação, que geraria reflexos positivos em nível bilateral, regional e multilateral. Cabe registrar que o encontro de Guadalajara, entre os Presidentes Lula da Silva e Berger, reforçou ainda mais a visão favorável que o Governo da Guatemala tem em relação ao Brasil.

Entre as visitas bilaterais recentes mais relevantes, merecem registro as seguintes: visita do Chanceler Celso Amorim à Guatemala (abril de 2004), visita do Chanceler Jorge Briz ao Brasil (outubro de 2004), Visita Oficial do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Guatemala (12-13 de março de 2005), Visita Oficial do Presidente Oscar Berger ao Brasil, em 13 de março de 2006 e a visita de trabalho do Vice-Presidente José Alencar à Guatemala (10-13 de maio de 2006).

Entre os temas de maior relevância dessas visitas, estavam o prosseguimento do diálogo com vistas ao intercâmbio de políticas de combate à fome e a implementação de uma agenda comum latino-americana para erradicar a fome e a pobreza extrema na região e o aprofundamento da cooperação em tecnologias de utilização de biocombustíveis como matriz energética (particularmente o etanol), discutidas durante a visita do Presidente Berger ao Brasil. Além disso, também foram discutidas as relações entre o Mercosul e a Guatemala, tendo em vista as perspectivas das negociações para a criação de uma Área de Livre Comércio, a possibilidade da ampliação de projetos de cooperação já em execução (como Bolsa-Escola e Alfabetização Solidária), e a possibilidade de se ampliar o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica existente entre ambos países para intensificar o intercâmbio no setor. Foi assinado, durante a visita do Presidente Berger ao Brasil, Acordo de Cooperação no Domínio da Defesa. Na agenda de discussões figurou, ademais, a situação do Haiti, por estarem ambos os países comprometidos com a estabilização do país contribuindo com tropas para a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH).

Por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Guatemala, em 12 de setembro de 2005, foram assinados os seguintes atos internacionais:

a) Declaração Conjunta, pela qual os Presidentes manifestaram sua satisfação com os resultados da visita, congratulando-se com a firma do Memorando de Entendimento sobre Consultas, com a realização do I Encontro Empresarial Brasil-SICA e com a assinatura dos instrumentos abaixo discriminados;

b) Memorando de Entendimento sobre Consultas. Por seu intermédio, "as partes designaram os seus Ministérios de Relações Exteriores para realizar consultas periódicas e intercambiar informações sobre todos os aspectos das relações bilaterais, especialmente nos campos político, comercial, científico, tecnológico e de cooperação cultural".

c) Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Execução do Projeto "Apoio ao Programa Nacional de Prevenção e Controle de DST/HIV/AIDS da Guatemala". Com isso, prorrogou-se o projeto acordado em 2002;

d) Emenda ao Ajuste Complementar do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, modificado por Adendo de data 22/08/2002, para Implementação do Projeto "Alfabetização Solidária na Guatemala";

e) Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do Projeto "Transferência de Técnicas em Sistemas de Produção de Frutas Tropicais para a Guatemala";

f) Protocolo de Intenções sobre Cooperação na Área de Técnicas em Sistemas de Produção de Frutas Tropicais para a Guatemala.

g) Emenda ao Ajuste Complementar do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para a Implementação da fase II do Projeto "Bolsa-Escola na Guatemala";

h) Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível.

Cooperação Técnica e Intercâmbio Econômico Brasil-Guatemala

Um instrumento importante para o adensamento das relações bilaterais é a cooperação técnica horizontal com a Guatemala. No campo político, um passo decisivo para a consolidação e o aprofundamento do relacionamento deu-se com assinatura, em 12 de setembro de 2005, na cidade da Guatemala, do Memorando de Entendimento sobre Consultas entre os Governos do Brasil e da Guatemala. A primeira reunião no âmbito daquele memorando ocorreu na Guatemala em 11 de junho de 2007.

Como o Brasil, a Guatemala é um país em desenvolvimento, comprometido com a noção de desenvolvimento sustentável. Ambos têm boa parte de seus territórios cobertos por densa floresta tropical – a Amazônia, no caso do Brasil, e o Petén, no caso da Guatemala, sendo freqüentemente acusados, por organizações ambientalistas, de não exercerem sobre a utilização da floresta o devido controle para impedir seu uso irracional e sua conseqüente destruição.

Dentre os programas de cooperação técnica em curso, além dos negociados durante a visita do Presidente Lula, caberia menção ao apoio que a Guatemala recebeu do Brasil na área de segurança alimentar. Nas palavras do ex-Secretário de Segurança Alimentar guatemalteco, Andrés Botran (que renunciou em 30 de maio último), a cooperação que o governo brasileiro prestou à Guatemala, através do MRE (CGFOME/ABC) e do MDS, "foi determinante para a implantação do atual programa de segurança alimentar guatemalteco", tanto no que diz respeito à montagem da SESAN (Secretaria de Seguridade Alimentária) quanto na filosofia da legislação para reger o assunto.

Também na área militar e de defesa são estreitos e bem-sucedidos os laços de cooperação que unem os dois países. A Adidância de Defesa e do Exército Brasileiro na Guatemala foi criada em março de 2000. Por sua vez, a Missão Brasileira de Cooperação Militar de Instrução com o Exército da Guatemala completou, em 2005, dez anos de atividades bem-sucedidas no país.

Além disso, quando da visita do Presidente Berger ao Brasil, em 13 de março de 2006 foi assinado "Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala" que poderá favorecer – entre outros

aspectos – futuras negociações para a ampliação da participação da indústria de defesa brasileira no fornecimento de seus produtos e serviços às Forças Armadas guatemaltecas.

No que diz respeito à cooperação cultural e educacional, registre-se que, ao longo dos últimos 20 anos, 162 guatemaltecos obtiveram bolsas (de graduação e pós-graduação) em unidades de ensino superior brasileiras. Nesse total, encontram-se diversos Ministros de Estado (o atual Ministro das Finanças, Hugo Beteta, é egresso de universidade brasileira), reitores, deputados e personalidades respeitadas no país.

Há sempre candidatos guatemaltecos inscrevendo-se, anualmente, nos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós Graduação (PEC-PG), sendo maior o interesse pelas áreas de Odontologia, Agronomia, Medicina, Ciências Sociais e Artes.

No que tange à questão energética, a Guatemala manifestou desejo de obter cooperação de nosso país. O interesse do governo local pela utilização de etanol foi registrado no protocolo de intenções subscrito com o Brasil em 12 de setembro de 2005. Nesse sentido, o então Ministro de Energia e Minas, Luis Ortiz, viajou ao Brasil duas vezes no curso do ano passado. Em março de 2006, esteve no Itamaraty, em Brasília, para a abertura de seminário promovido pelo governo brasileiro para comentar e dar detalhes da experiência adquirida por nosso país na área de álcool carburante.

O evento, que atendeu desejo da Chancelaria guatemalteca, contou também com uma parte prática, que consistiu numa viagem ao Rio de Janeiro para visitas e consultas à PETROBRÁS.

Em dezembro de 2006, o Ministro Ortiz voltou ao Brasil para encontrar-se com o seu homólogo brasileiro, Silas Rondeau. Na oportunidade, visitou a sede da Petrobrás, no Rio de Janeiro, onde manteve conversações com o Doutor Guilherme de Oliveira Estrella, Diretor de Produção e Exploração de Petróleo. Aproveitou para convidar a empresa brasileira a participar de licitações nas reservas petrolíferas guatemaltecas, concentradas sobretudo nos departamentos de Alta Verapaz e de Petén.

Por outro lado, em encontro que o Embaixador na Guatemala manteve, em março, com a nova Ministra de Energia e Minas, Carmen Urízar, no gabinete do Chanceler Gert Rosenthal, esta prometeu enviar à Embaixada solicitação específica sobre o tipo de cooperação que Governo e setor privado guatemalteco desejariam do Brasil na área de etanol.

Intercâmbio Econômico-Comercial e de Investimentos

Como país de menor desenvolvimento relativo, a Guatemala é basicamente um receptor de ajuda externa, que pode vir sob a forma de empréstimos e financiamentos, doações, investimentos, cooperação científica, tecnológica e cultural.

O intercâmbio Brasil-Guatemala é ainda bastante incipiente, embora tenha apresentado notável crescimento nos últimos anos. O principal problema para o desenvolvimento das relações comerciais é o profundo desequilíbrio, em favor do Brasil, que se verifica na balança comercial bilateral. Segundo o Banco da Guatemala, as exportações brasileiras para este país alcançaram em 2005 US$ 432 milhões. Estes dados diferem, contudo, das estatísticas fornecidas pelo MIDIC/SECEX, que indicam que, naquele ano, o total das nossas exportações para a Guatemala montou a US$ 334 milhões. No tocante às importações brasileiras de produtos guatemaltecos, as duas fontes coincidem em que seu valor atingiu apenas US$ 2,16 milhões.

Cabe mencionar, ademais, que em diversas oportunidades (viagem do Chanceler Amorim, em abril de 2004 e visita do Ministro Briz a Brasília, em agosto do mesmo ano) o Brasil propôs à Guatemala negociações com vistas a um futuro TLC MERCOSUL-SICA. O governo guatemalteco reagiu bem, mas encontrou resistência no setor empresarial, que teme a competição e o dinamismo dos brasileiros e, por razões políticas, comerciais e econômicas prefere continuar negociando com seus parceiros norte-americanos (maiores objeções ainda foram levantadas por outros países centro-americanos, particularmente por El Salvador).

O Chanceler Amorim aventou mesmo a possibilidade de o Brasil incluir a Guatemala no mecanismo de substituição competitiva de importações- utilizado para favorecer economias mais frágeis no âmbito do Mercosul – o que certamente contribuiria para reduzir o nível de desequilíbrio existente na balança comercial bilateral. Os produtos mais importantes, em valor, da pauta de exportações brasileiras para a Guatemala, com montantes superiores a US 1 milhão, são automóveis, "vans" e assemelhados, ligas de alumínio, produtos semi-manufaturados e laminados de ferro e aço, caldeiras, sementes forrageiras para semeadura, escavadoras de grande capacidade, papel- fibra, materiais cerâmicos, outros ladrilhos e esmaltados. Por sua vez, o Brasil importa da Guatemala "desperdícios e resíduos de alumínio", látex de borracha natural, diversos tipos de chumbo refinado, materiais plásticos, sementes de gergelim, cardamomo, óleos, etiquetas de material têxtil.

É atrativo o potencial para investimentos na Guatemala. A legislação local, que proíbe todo ato discriminatório contra o capital estrangeiro, e uma série de acordos de livre comércio firmados os EUA, México e Canadá, vêm atraindo a atenção de grandes empresários e de investidores brasileiros.

Outros incentivos a investimentos são oferecidos pela "Ley de la Zona Franca" e pela "Ley de Fomento y Desarrollo de la Actividad Económica Exportadora y de Maquila". Ambas outorgam os seguintes benefícios fiscais a investidores, tanto nacionais como estrangeiros: a) 100% de isenção de direitos aduaneiros e taxas aplicáveis à importação de maquinaria, equipamentos, matérias-primas e outros; b) 100% de isenção de imposto de renda por 10 anos; c) 100% de isenção de imposto sobre o valor agregado (IVA, correspondente ao ICMS brasileiro); d) 100% de isenção do imposto único sobre imóveis (ISUI, correspondendo ao IPTU brasileiro) para as entidades administradoras de zonas francas.

Paralelamente, nos últimos anos, a Guatemala vem fechando diversos acordos sobre comércio e proteção de investimentos, tendo já firmado instrumentos do gênero com os seguintes países: Argentina, Chile, Colômbia, Cuba, Equador e México. Acordos semelhantes existem também com os demais países da América Central, e com a República Dominicana, a Venezuela e o Panamá. Em negociação, encontram-se os acordos para a criação de uma União Aduaneira com El Salvador, Nicarágua e Costa Rica.

Em julho de 2005, entrou em vigor na Guatemala o "Tratado de Livre Comércio da República Dominicana, América Central e Estados Unidos da América" (CAFTA-RD), criando condições potencialmente favoráveis para a entrada de produtos brasileiros em território norte-americano por intermédio da Guatemala.

Em 2003 a AMBEV fez investimentos de US$ 50 milhões no país. Associando-se ao grupo CabCorp, que controla a produção e distribuição da Pepsi-Cola na região, foi criada uma "joint-venture" denominada "Cervecería Rio", com o propósito de produzir localmente a cerveja "Brahva" (a palavra "Brahma", por ter outro significado na Guatemala, não pôde ser mantida). O investimento foi altamente rentável, uma vez que a cerveja produzida não apenas logrou ocupar

30% do mercado, mas passou também a atender à demanda pelo produto em outros países da América Central.

Outras grandes empresas brasileiras, como as construtoras Norberto Odebrecht e Camargo Corrêa, a EMBRAER e a PETROBRÁS, encontram-se interessadas, a médio e longo prazo, em projetos ou investimentos na Guatemala.

Relações Comerciais Bilaterais

O comportamento das relações comerciais Brasil-Guatemala vem sendo marcado, nos últimos anos, por grande expansão. De acordo com Banco da Guatemala (BANGUAT) e outras fontes, como a CEPAL e a ASTES, a economia guatemalteca em 2005 registrou um crescimento expressivo com a entrada de divisas por exportação, turismo, "maquila", e aporte de capital privado. Quanto ao comércio com o Brasil, as exportações brasileiras para o país atingiram em 2005 a 332 milhões de dólares e as importações, 2,16 milhões – os mais altos valores já registrados (252,9 milhões e 575 mil, respectivamente, em 2004).

O Brasil já é o 11o maior exportador para a Guatemala. A Guatemala importou, por ordem de importância, derivados de petróleo; veículos, material de transporte e máquinas; aparelhos mecânicos para uso eletrônico. Também as exportações guatemaltecas para o Brasil, de inseticidas, fungicidas e de desinfetantes, chumbo, borracha natural e sementes de gergelim cresceram bastante. Tais números se revelam significativos, sobretudo levando-se em conta o relativo desconhecimento recíproco dos dois países, a ausência de transporte marítimo direto, financiamento insuficiente das exportações e a concorrência, para o Brasil, dos mercados mexicano e norte-americano, entre outros fatores.

O potencial do mercado guatemalteco para produtos brasileiros é amplo, conforme demonstrado pela expansão das exportações nos últimos dez anos, as quais, de acordo com a SECEX, vêm tendo a seguinte evolução: a) de um total de menos de US$ 42 milhões em 1996 para US$ 83 milhões, em 2001; b) de US$ 113 milhões, em 2002, para US$ 254 milhões, em 2004; c) de US$ 334 milhões em 2005 para 322 milhões em 2006. As estatísticas do MDIC/SECEX indicam também que nos primeiros nove meses de 2007 (período janeiro/setembro) a exportação brasileira alcançou US$ 189,1 milhões.

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (US$ milhões)

BRASIL ⇒ GUATEMALA	2002	2003	2004	2005	2006	2007 jan-set
Exportações	113,39	164,19	254,39	334,47	322,69	189,1
Importações	0,46	0,40	0,57	2,16	6,18	6,2
Superávit/Déficit do Brasil	112,92	163,79	253,82	332,30	316,51	182,8

Fonte: *Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report, May 2007.*

Atos Bilaterais em Vigor

Nome	Assinatura	Entrada em vigor
Acordo Administrativo sobre Malas Diplomáticas	20/05/1939	20/05/1939
Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Comércio	13/07/1971	13/07/1971
Acordo Relativo à Concessão de Bolsas de Estudo para Cursos e Estágios sobre Desenvolvimento a Cidadãos Guatemaltecos.	13/07/1971	13/07/1971
Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica.	16/06/1976	09/10/1978
Protocolo de Intenções. (Energia)	28/11/1983	28/11/1983
Memorandum de Entendimento sobre o Programa de Cooperação Técnica	22/08/2002	30/01/2003
Acordo Sobre Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviços/Oficiais	22/08/2002	22/08/2002
Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns	21/10/2002	05/01/2006
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área Produção e Uso de Etanol Combustível	12/09/2005	02/03/2006
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para a Implementação do Projeto "Apoio ao Programa Nacional de Prevenção e Controle de DST/HIV/AIDS na Guatemala	12/09/2005	02/05/2006
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível	12/09/2005	02/03/2006
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Coop. Científica e Técnica para Implementação do Projeto "Transferência de Técnicas em Sistemas de Produção de Frutas Tropicais para a Guatemala	12/09/2005	07/06/2006
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para a Implementação da Fase II do Projeto "Bolsa-Escola" na Guatemala	12/09/2005	28/03/2006
Memorando de Entendimento sobre Consultas	12/09/2005	15/11/2006
Ajuste Comp. ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Execução do Projeto "Apoio ao Programa Nacional de Prevenção e Controle de DST/HIV/AIDS da Guatemala"	12/09/2005	02/05/2006

Atos Bilaterais Assinados, ainda não em vigor

Nome	Assinatura
Emenda ao Ajuste Comp. ao Acordo Básico de Cooperação Cinetífica e Técnica, Modificado por Adendum de Data 22/08/2002, para Implementação do Projeto Alfabetização Solidária na Guatemala	12/09/2005
Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa *	13/03/2006

* Enviado ao Congresso, mas ainda não saiu o Decreto Legislativo. Mensagem nº 916 de 31/10/2006

Acordo de Cooperação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico Ilícito de Migrantes (assinado em 2004) encontra-se em processo de aprovação pelo Congresso Nacional. O Governo da Guatemala apresentou proposta de Acordo de Cooperação Cultural e Esportiva, que está sendo examinada pelo lado brasileiro.

Anexos

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS GUATEMALA

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US$ milhões)	2004	2005	2006
A. Balança comercial (líquido - fob)	**-3.807,7**	**-4.374,0**	**-5.043,6**
Exportações	3.367,5	5.380,9	6.025,1
Importações	7.175,2	9.754,9	11.068,7
B. Serviços (líquido)	**-129,5**	**-248,7**	**-286,9**
Receita	1.178,1	1.229,8	1.394,5
Despesa	1.307,6	1.478,5	1.681,4
C. Renda (líquido)	**-318,2**	**-331,9**	**-378,7**
Receita	173,3	252,6	355,3
Despesa	491,5	584,5	734,0
D. Transferências unilaterais (líquido)	**3.044,7**	**3.522,5**	**4.117,1**
E. Transações correntes (A+B+C+D)	**-1.210,7**	**-1.432,1**	**-1.592,1**
F. Conta de capitais (líquido)	**135,6**	**113,0**	**259,8**
G. Conta financeira (líquido)	**1.708,9**	**1.486,8**	**1.699,2**
Investimentos diretos (líquido)	154,6	226,7	353,7
Portfolio (líquido)	460,0	-0,2	1.714,9
Outros	1.094,3	1.260,3	-369,4
H. Erros e Omissões	**-25,2**	**87,0**	**-87,9**
I. Saldo (E+F+G+H)	**608,6**	**254,7**	**279,0**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - International Financial Statistics CD, September 2007

COMÉRCIO EXTERIOR[1] (US$ milhões)	2002	2003	2004	2005	2006	2007[2]
Exportações (fob)	4.161	4.457	5.036	5.379	6.771	1.804
Importações (cif)	7.658	8.127	9.470	10.500	12.413	3.251
Balanço comercial	-3.496	-3.670	-4.435	-5.121	-5.642	-1.447
Intercâmbio comercial	11.819	12.584	14.506	15.879	19.184	5.055

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD September 2007

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes modalidades de venda (fob e cif) e das distintas metodologias de cálculo

(2) Janeiro-março

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS GUATEMALA

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - GUATEMALA (US$ mil - fob)	2006 (jan-ago)	% no total	2007 (jan-ago)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	28.542	12,4%	27.782	16,3%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, suas partes	9.280	4,0%	18.976	11,1%
Ferro fundido, ferro e aço	21.609	9,4%	18.475	10,8%
Veículos automóveis, tratores, etc. suas partes/acessórios	33.963	14,7%	15.094	8,9%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	12.948	5,6%	10.395	6,1%
Plásticos e suas obras	8.797	3,8%	9.511	5,6%
Borracha e suas obras	8.147	3,5%	8.315	4,9%
Alumínio e suas obras	4.024	1,7%	7.008	4,6%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc.	200	0,1%	5.020	2,9%
Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc.	4.016	1,7%	4.664	2,7%
Produtos químicos orgânicos	7.522	3,3%	4.098	2,4%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, etc.	4.533	2,0%	3.839	2,3%
Óleos essenciais e resinóides, produtos de perfumaria, etc.	1.386	0,6%	2.821	1,7%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	52.038	22,6%	436	0,3%
Subtotal	197.003	85,5%	137.333	80,5%
Demais Produtos	33.530	14,5%	33.213	19,5%
TOTAL GERAL	230.533	100,0%	170.545	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Alumínio e suas obras	2.497	65,6%	3.087	49,5%
Borracha e suas obras	116	3,0%	2.175	34,9%
Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes	182	4,8%	299	4,8%
Vestuário e seus acessórios, de malha	24	0,6%	211	3,4%
Subtotal	2.818	74,1%	5.771	92,6%
Demais Produtos	986	25,9%	461	7,4%
TOTAL GERAL	3.804	100,0%	6.232	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Aliceweb

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-ago/2007

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS
GUATEMALA

. DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2004	% no total	2005	% no total	2006	% no total	2007[1]	% no total
EXPORTAÇÕES:								
Estados Unidos	2.668,8	53,0%	2.694,2	50,1%	3.023,9	44,7%	746,2	41,4%
El Salvador	573,9	11,4%	653,0	12,1%	807,1	11,9%	241,2	13,4%
Honduras	359,4	7,1%	394,0	7,3%	487,0	7,2%	145,6	8,1%
México	208,4	4,1%	215,8	4,0%	266,8	3,9%	96,3	5,3%
Nicarágua	177,5	3,5%	213,2	4,0%	263,5	3,9%	78,7	4,4%
Costa Rica	182,1	3,6%	205,2	3,8%	253,6	3,7%	75,8	4,2%
Canadá	59,8	1,2%	73,3	1,4%	204,7	3,0%	44,7	2,5%
Países Baixos	41,8	0,8%	47,5	0,9%	104,1	1,5%	30,0	1,7%
Panamá	125,7	2,5%	80,5	1,5%	99,5	1,5%	29,7	1,6%
Suíça	31,7	0,6%	80,6	1,5%	92,8	1,4%	25,7	1,4%
Japão	27,9	0,6%	39,5	0,7%	86,2	1,3%	17,9	1,0%
Brasil	*1,0*	*0,0%*	*2,2*	*0,0%*	*0,9*	*0,0%*	*0,5*	*0,0%*
SUBTOTAL	**4.457,9**	**88,5%**	**4.698,0**	**87,3%**	**5.690,2**	**84,0%**	**1.532,2**	**84,9%**
DEMAIS PAÍSES	**577,8**	**11,5%**	**681,2**	**12,7%**	**1.080,4**	**16,0%**	**272,2**	**15,1%**
TOTAL GERAL	**5.036,6**	**100,0%**	**5.379,3**	**100,0%**	**6.770,6**	**100,0%**	**1.804,4**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES:								
Estados Unidos	3.219	34,0%	4.001	38,1%	3.870	31,2%	1.020	31,4%
México	771	8,1%	794	7,6%	982	7,9%	289	8,9%
China	627	6,6%	332	3,2%	756	6,1%	173	5,3%
El Salvador	336	3,6%	503	4,8%	621	5,0%	166	5,1%
República da Coréia	648	6,8%	500	4,8%	618	5,0%	165	5,1%
Panamá	131	1,4%	461	4,4%	570	4,6%	152	4,7%
Costa Rica	234	2,5%	339	3,2%	419	3,4%	112	3,4%
Japão	417	4,4%	275	2,6%	320	2,6%	84	2,6%
Barbados	6	0,1%	268	2,6%	310	2,5%	85	2,6%
Suíça	80	0,8%	262	2,5%	294	2,4%	74	2,3%
Brasil	*306*	*3,2%*	*235*	*2,2%*	*290*	*2,3%*	*91*	*2,8%*
Alemanha	190	2,0%	208	2,0%	223	1,8%	54	1,7%
Colômbia	157	1,7%	167	1,6%	206	1,7%	55	1,7%
Honduras	93	1,0%	157	1,5%	194	1,6%	52	1,6%
Chile	153	1,6%	65	0,6%	167	1,3%	39	1,2%
Canadá	148	1,6%	141	1,3%	165	1,3%	41	1,3%
SUBTOTAL	**7.516**	**79,4%**	**8.699**	**82,9%**	**10.012**	**80,7%**	**2.652**	**81,6%**
DEMAIS PAÍSES	**1.955**	**20,6%**	**1.801**	**17,1%**	**2.401**	**19,3%**	**599**	**18,4%**
TOTAL GERAL	**9.470**	**100,0%**	**10.500**	**100,0%**	**12.413**	**100,0%**	**3.251**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD September 2007.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2006

(1) janeiro-março

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS
GUATEMALA

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - GUATEMALA (US$ mil- fob)	2004	% no total	2005	% no total	2006	% no tot
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Alumínio e suas obras	0	0,0%	801	37,0%	4.052	65,
Desperdícios e resíduos, de alumínio	0	0,0%	797	36,9%	4.052	65,
Chumbo e suas obras	0	0,0%	299	13,8%	991	16,
Outras formas brutas de chumbo refinado	0	0,0%	299	13,8%	991	16,
Sementes e frutos oleaginosos, grãos	257	44,8%	279	12,9%	362	5,
Outras sementes de gergelim, mesmo trituradas	257	44,8%	279	12,9%	362	5,
Borracha e suas obras	18	3,1%	223	10,3%	327	5,
Látex de borracha natural, mesmo pré-vulcanizado	18	3,0%	195	9,0%	327	5,
Plásticos e suas obras	64	11,2%	163	7,6%	170	2,
Desperdícios, resíduos e aparas, de outros plásticos	56	9,7%	163	7,5%	157	2,
Café, chá, mate e especiarias	27	4,8%	213	9,9%	105	1,
Pimenta "piper", seca	0	0,0%	204	9,4%	81	1,
Amomos o cardamomos	27	4,7%	9	0,4%	24	0,
Óleos essenciais, produtos perfumaria e de toucador	91	15,9%	71	3,3%	69	1,
Outros óleos essenciais	60	10,5%	48	2,2%	60	1,
Resinóides	0	0,0%	0	0,0%	4	0,
Óleo essencial, de "lemongrass"	26	4,6%	23	1,1%	4	0,
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	0	0,0%	0	0,0%	32	0,
Vestuário e seus acessórios, de malha	29	5,0%	64	3,0%	24	0,
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	0	0,0%	18	0,8%	15	0,
Subtotal	487	84,7%	2.131	98,6%	6.147	99,
Demais Produtos	88	15,3%	31	1,4%	34	0,
TOTAL GERAL	575	100,0%	2.162	100,0%	6.181	100,

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2006.

Aviso nº 1.080 - C. Civil.

Em 1º de novembro de 2007.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUIZ ANTONIO FACHINI GOMES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Guatemala.

Atenciosamente,

DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 8/11/2007.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

(OS:16674/2007)